

**A PARTILHA DO SENSÍVEL EM LUGARES
LIMINARES:
VISIBILIDADES E INVISIBILIDADES DA MEMÓRIA**

**THE SHARING OF THE SENSIBLE IN LIMINAR
PLACES: VISIBILITIES AND INVISIBILITIES OF
MEMORY**

Dulce SIMÕES*
Universidade Nova de Lisboa

RESUMEN: La creación de lugares y actividades culturales dedicadas al poeta Miguel Hernández en la frontera hispano-portuguesa configura una «comunidad compartida» (Rancière, 2005) que está relacionada con la producción de un público, que se define por la percepción y la expresión verbal de injusticias atroces, al que el poeta sirve de interlocutor. En este texto exploro las formas de consenso y disenso expresadas en procesos de subjetivación política, especialmente lo que significa ser interlocutor en un mundo común, teniendo en cuenta que el poder de la ejemplaridad política alcanzada por las prácticas artísticas, en detrimento de las narrativas de la experiencia y de los discursos históricos en general, parece indicar que es en el terreno estético donde continúa una batalla anteriormente centrada en las ilusiones y desilusiones de la historia.

PALABRAS CLAVE: antropología, historia, frontera hispano-portuguesa, usos políticos de la memoria, guerra civil española, dictaduras ibéricas.

ABSTRACT: The creation of places and cultural activities dedicated to the poet Miguel Hernández, in the Portuguese-Spanish border, constitutes a «community of sharing» (Rancière, 2005) which involved the production of a public defined by the perception and appointment of atrocious injustices, to which the poet serves as interlocutor. In this text I question the forms of consensus and dissent expressed in processes

* Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. mariadsimoes@gmail.com

of political subjectification, what it means to be interlocutors in a common world, considering that the power of political exemplarity achieved by artistic practices, to the detriment of narratives of experience and historical discourses in general, seem to indicate that it is in the aesthetic terrain that a battle is pursued one that had been previously focused on the illusions and delusions of history.

KEYWORDS: Anthropology, History, Portuguese-Spanish border, Political uses of Memory, Spanish civil war, Iberian dictatorships.

1. Introdução: os usos políticos da memória

[...] *Qué pena que ningún alcalde que ha pasado por ese ayuntamiento se haya acordado nunca de todas estas víctimas. De los/as fusilados/as y de los/as que sufrieron las consecuencias, sus hijos, mujeres y padres. Ellos son los grandes olvidados. Entiendo que porque no son famosos en el tiempo y la prensa no escribiría sobre ello y no tendría tanta trascendencia como para nombrar a este ayuntamiento. Me pregunto yo, estas personas no se merecen un homenaje... para mi uno cada día, pero están olvidados, qué pena. Mi corazón no se puede olvidar de nada de esto. Llevo en la sangre, en el corazón y en mi memoria el dolor vivido de todo eso que he relatado en mi familia. [...]*¹.

Na obra *Supervivencia de las luciérnagas* (2012) Didi-Huberman fala-nos do destino discreto e significativo dos pirilampos, fracos lampejos dolorosos que carregam arbitrariedades sem fim. Numa analogia às palavras de resistência vindas do gueto de Varsóvia, das cinzas de Auschwitz, de espaços de tortura e detenção, escritas por aqueles que queriam contar e testemunhar além de sua própria morte. As «palavras pirilampo» fizeram chegar até nós imagens, por muito tempo ocultas, de passados terríficos, quando a imaginação parecia ofuscada por realidades impossíveis de serem pensadas. Em tempos sombrios, ou muito iluminados, as pessoas que perderam a luz na história política contemporânea transformam-se metaforicamente em pirilampos, e emitem sinais de sobrevivência em lugares

¹ Excerto do comentário de uma mulher ao evento cultural «Convivencia para la Libertad» dedicado ao 75º aniversário da morte do poeta Miguel Hernández (1910-1942), publicado na página do Facebook do Ayuntamiento de Rosal de la Frontera, a 17 set. 2017. Sobre o evento em causa ver: «Ebullición cultural en Rosal de la Frontera en homenaje al poeta Miguel Hernández». *Diario de Huelva*, 15.09.2017. Disponível em: <http://www.diario-dehuelva.es/2017/09/15/ebullicion-cultural-rosal-la-frontera-homenaje-al-poeta-miguel-herandez/> Acesso: 27 de Outubro de 2018.

descontínuos, situados no improvável das redes sociais virtuais. Na singularidade e fragilidade das palavras «declaran su extraterritorialidad, su marginalización, su resistencia, su vocación de revuelta» (Didi-Huberman, 2012: 55), e concebem no presente uma forma distinta de contar a história. As narrativas do testemunho da experiência fazem-nos entrar de modo exemplar nos interstícios de vidas privadas, destruídas e aviltadas pela repressão franquista. E conduzem-nos a terrenos em que a palavra «verdade» surgiu muitas vezes, como um grito de revolta contra o silêncio a que foram condenados os represaliados da guerra civil espanhola (1936-1939).

Num trabalho de investigação anterior (Simões, 2013) cruzámos a fronteira hispano-portuguesa para resgatar as memórias de homens e mulheres, que interrogavam o passado como um «país estrangeiro» (Lowenthal, 1998). As narrativas da experiência contrariavam as versões institucionais da história, e o seu alcance foi «essencialmente circunscrito à rede de sociabilidade afetiva e política» (Pollak, 1989: 9). Eram «memórias fracas», silenciadas e subalternizadas pelos poderes instituídos (Traverso, 2005: 54), e travavam uma permanente batalha pelo reconhecimento e visibilidade. Como salientou Enzo Traverso (2005), quanto mais «forte» é uma memória mais hipóteses tem de ser convertida em história, com a possibilidade acrescida de uma «memória forte» poder esmagar diversas «memórias fracas» (Traverso, 2005: 62). Mas a memória dos represaliados não se justifica a si própria, nem cada um tem a sua verdade, pelo contrário, ainda que dolorosa a verdade é uma condição essencial à dignidade humana. Quando investigamos os silêncios das ditaduras ibéricas e os processos de transição democrática confrontamo-nos com fenómenos complexos, que desafiam-nos a questionar os usos políticos da memória. O nosso posicionamento nasce da certeza que o fundamento das democracias, construídas após as ditaduras, radica nas memórias das vítimas desses regimes, «a quem cabe contar o que se passou, o que lhes sucedeu e que não escolheram», como salientou Paula Godinho (2018).

Na última década, as memórias silenciadas da guerra civil espanhola e das ditaduras ibéricas foram ressignificadas, para emblematizar povoações no acolhimento aos *maquis* em Cambedo da Raia, na fronteira galaico-portuguesa (Godinho, 2011 e 2014), e aos refugiados republicanos em Barrancos (Baixo Alentejo) (Simões, 2013; 2015; 2018). Nas vilas raianas de Rosal de la Frontera (Huelva)²

² Rosal de la Frontera é um município da província de Huelva (Andaluzia-Espanha) com uma área de 210 km² e 1.830 habitantes (SIMA 2013).

e Vila Verde de Ficalho³ (Baixo Alentejo) o processo de emblematização incidiu no poeta Miguel Hernández [1910-1942], por ocasião do 50º aniversário da sua morte⁴.

Num contexto memorialista à escala local e regional, legitimado por investigadores e agentes culturais de ambos os lados da fronteira⁵, criaram-se «lugares de memória» dedicados ao poeta, fundamentados na ideia que a memória coletiva dos grupos se perdeu (Nora, 1986). A memória de Miguel Hernández é uma «memória forte», institucionalizada, mediatizada e globalizada, divulgada numa vasta bibliografia, em espaços museológicos, composições musicais, na toponímia e em memoriais, após a dignificação e reconhecimento da sua obra em Espanha a partir de 1976⁶. A visibilidade à escala nacional e transnacional deveu-se a um conjunto de entidades e instituições, como a Asociación de Amigos de Miguel Hernández⁷ e a Fundación Miguel Hernández⁸. Em Rosal de la Frontera o processo de patrimonialização configurou uma «comunidade de partilha» (Rancière, 2005), que envolveu a produção de um público definido pela

³ Vila Verde de Ficalho é uma freguesia do concelho de Serpa (Baixo Alentejo-Portugal), com uma área de 105,03 km² e 1.459 habitantes (Censos 2011), situada a 30 km da sede de concelho e a 7 km da povoação espanhola de Rosal de la Frontera.

⁴ Miguel Hernández Gilabert (Orihuela, 30 de Outubro de 1910 - Alicante, 28 de Março de 1942) poeta e dramaturgo da literatura espanhola do séc. XX. A 1 de Maio de 1939 foi detido pela Guarda Nacional Republicana (GNR) de Moura (Baixo Alentejo) por estar indocumentado, e entregue ao sub-posto da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE) de Sobral D'Adiça (Moura). A 2 de Maio foi expulso como «indesejável» pelo posto fronteiriço de Vila Verde de Ficalho, e entregue pela PVDE às autoridades de Rosal de la Frontera a 3 de Maio de 1939. ANTT. Arquivo PIDE/DGS, Proc. cr: 532/939.

⁵ Publicações de autores que contribuíram para o processo de emblematização local: THASSIO, A. (1995). *Miguel Hernández prisionero en Rosal, Huelva: Diputación Provincial*; MORENO, R. (2013). *Perseguidos*, Sevilla: CGT-Andalucía; RODRÍGUEZ GUILLÉN, A. (2017). *Bandoleros y Contrabandistas en la Sierra de la Contienda. Aproximación histórica al contrabando en Aroche*. Huelva: Asociación de Mayores «Arucci Vetus» de Aroche.

⁶ «Miguel nunca tuvo carnet de partido». *El País*. 2.11.1976. Disponível em: http://elpais.com/diario/1976/11/02/cultura/215737202_850215.html. Acesso: 27 de outubro de 2018.

⁷ Fundada em Madrid em 1980 por amigos, como Vicente Aleixandre (Sevilha, 1898 - Madrid, 1984) poeta espanhol, Prémio Nobel de Literatura em 1977, estudiosos da sua obra, Josefina Manresa (viúva do poeta) e o filho Manuel Miguel. Ver página oficial da Asociación de Amigos de Miguel Hernández. Disponível em: <http://www.amigosmiguelhernandez.org/poeta/index.php>. Acesso: 27 de outubro de 2018.

⁸ Fundada em 1994 por representantes da Generalitat Valenciana, Diputación Provincial de Alicante, municípios de Alicante, Orihuela e Cox para preservar o espólio e a memória do poeta por meio de diversificadas iniciativas culturais. Ver página oficial da Fundación Cultural Miguel Hernández. Disponível em: <http://www.miguelhernandezvirtual.es/new/>. Acesso: 27 de outubro de 2018.

percepção e nomeação de injustiças atrozes, a que o poeta serve de interlocutor. A sua vida e obra trazem à experiência sensível vozes e testemunhos da repressão franquista, até então não reconhecidos na comunidade, num formato estético que ofuscou as «memórias fracas» dos resistentes antifascistas locais. Ao estabelecer um comum partilhado, e simultaneamente partes exclusivas, a «comunidade de partilha» (Rancière, 2005: 15) invisibilizou as narrativas da experiência dos represaliados de Rosal, que dão sinais de resistência em lugares virtuais. As «memórias fracas» transformaram-se então em «palavras pirilampo», que rompem as intencionalidades não enunciadas, o não dito, numa indagação incessante pela compreensão. Enzo Traverso (2015: 409) recorda-nos que, para além das memórias pessoais, de culturas herdadas e transmitidas dentro dos «quadros sociais», de gerações, classes, movimentos sociais e instituições da sociedade, as memórias coletivas são moldadas pelos *media*, pelas indústrias culturais e pelas políticas de memória. Neste caso, a patrimonialização da memória histórica adaptou o passado num formato consensual, para enriquecer e conduzir o presente «através de reconstruções seletivas e ecléticas baseadas em percepções e códigos maleáveis, que traçam, simbolizam e classificam o mundo» (Lowenthal, 1998: 194).

O questionamento que nos orienta neste texto centra-se nos usos da memória expressos em processos de subjetivação política, do que significa ser interlocutor num mundo comum, a partir da emblematização de Miguel Hernández como símbolo da repressão das ditaduras ibéricas. O consenso negociado revela-nos fissuras e fragmenta a ideia de uma «comunidade» protegida por certezas partilhadas, unida por princípios previamente acordados, mas nunca colocados à prova. Num primeiro momento partimos de uma etnografia histórica, contextualizando os acontecimentos que fundamentam as políticas de memória; de «reconciliação» com o passado. Num segundo tempo interrogarmos o processo de construção da «comunidade de partilha» (Rancière, 2005) e as redes de relações sociais que a legitimam, através do cruzamento de fontes documentais com a observação participante num dos eventos dedicados ao poeta. A hipótese colocada é que o poder da exemplaridade política alcançada pelas práticas artísticas, em detrimento das narrativas da experiência e dos discursos históricos em geral, parecem indicar que é no terreno estético que prossegue uma batalha, anteriormente centrada nas ilusões e desilusões da história.

2. A repressão franquista em Rosal: um passado que não passa

E não acreditariam em mim, precisamente porque saberiam que o que eu dizia era verdade.

James Baldwin (cit. en Roy, 2017: 325).

A utilização premeditada do terror desde a fase conspirativa do golpe militar de 18 de Julho de 1936 não foi algo circunstancial, destinado a apoiar a tomada do poder pelos sublevados, mas um programa de grande alcance que numa primeira fase consistiu «en devolver España a sus elites de sempre» (Núñez-Díaz Balart, 2009: 13). Nas fases subsequentes impuseram-se comportamentos individuais e coletivos em todos os âmbitos da vida social, conformes à ideologia totalitária, de forma a arrancar pela raiz as ideias e comportamentos que iluminaram a II República. O objetivo primordial do golpe não consistiu apenas em destruir o sistema democrático, mas eliminar fisicamente os que «tenían ideas» (Collier, 1997: 256) e reduzir ao silêncio os sobreviventes e descendentes, para «el presente y para el futuro» (Espinosa Maestre, 1996: 397). Em 1936 Rosal de la Frontera tinha 3.152 habitantes que se dedicavam à agricultura, ganadaria e pequeno comércio. As relações de produção do capitalismo agrário reproduziam as relações de classe, e consequentemente a expressão política dos conflitos sociais como consciência de classe (Collier, 1997; Cobo Romero, 2004). Nas eleições de Fevereiro de 1936 venceu uma coligação de partidos de esquerda liderada pelo alcalde Antonio Díaz Cañado. Na sequência do golpe militar os resistentes republicanos organizaram um Comité de Defesa, para assegurar a proteção da população e as necessidades básicas de alimentação. Na igreja detiveram duas dezenas de apoiantes dos golpistas, entre os quais o padre e o médico, que foram libertados antes da chegada das tropas sublevadas (Espinosa Maestre, 1996: 252)⁹.

⁹ No sentido de desmistificar a repressão republicana, Espinosa Maestre (2015) diz-nos que os estudos realizados na Andaluzia identificaram 8.743 vítimas de direita, e mais de 54.000 de esquerda.

A 10 de Agosto de 1936 um grupo de milicianos liderado por Faustino Nadal Silva¹⁰, apoiados pelos mineiros de Riotinto, conseguiu a rendição da Guardia Civil local. A 14 de Agosto saiu de Sevilha uma coluna militar chefiada pelo comandante de cavalaria Luis Redondo García, chefe dos requetés e membro da Unión Militar Española, destinada a aniquilar toda a resistência antifascista. Num dos famosos discursos radiofónicos, de exaltação da «cruzada nacionalista», o general Queipo de Llano aludia à situação vivida em Rosal:

[...] Tenemos noticias de que en Rosal de la Frontera se ha declarado el comunismo y que tienen en la iglesia a varias personas que piensan quemar si seguimos avanzando. Por ahora no avanzaremos, pero hemos cortado unas carreteras que deben haberles sentado muy mal, puesto que vinieron a impedirlo, siendo rechazados. [...] ¹¹.

Com o avanço da coluna militar centenas de homens, mulheres e crianças abandonaram a vila para escapar à matança, e refugiaram-se nos campos em lugares «de sierras más espesas y que contaban con abundante agua, cortijos y explotaciones ganaderas cercanos; sierras altas, de difícil acceso a ellas» (Menguiano Romero e Lobo Moriche, 2016: 168). Outros procuraram refúgio em Portugal e sobreviveram, apoiados pelos vizinhos portugueses com quem mantinham relações de amizade e parentesco. Os que não escaparam às malhas das autoridades portuguesas foram entregues na fronteira aos sublevados, e posteriormente fuzilados. A 28 de Agosto de 1936 as tropas de Redondo entraram em Rosal e encontraram uma povoação quase deserta. No pouco tempo em que permaneceram na vila saquearam casas, lojas de famílias republicanas e detiveram dezenas de pessoas. Com a chegada das tropas o padre e o médico foram os principais instigadores dos fuzilamentos, que os sublevados cumpriram exemplarmente. No manuscrito «La revolución roja local del 18 de julio de 1936», o pároco Francisco Rodríguez destacava alguns acontecimentos:

¹⁰ Faustino Nadal Silva [chefe da Aduaneira de Rosal] foi detido em Moura (Baixo-Alentejo) e fez parte do grupo de refugiados republicanos acolhidos em Barrancos (Baixo-Alentejo) repatriados pelo governo português para a zona republicana de Tarragona (Simões, 2013: 285-295).

¹¹ *Jornal Odiel*, 2.08.1936, p. 6.

[...] se quitó la bandera tricolor que había en la Iglesia; se fusiló a un cabo de Sanidad que tomó armas con los marxistas, cayendo ante la guarnición formada en la Plaza Pública. Después, en la depuración de responsabilidades en días sucesivos, fueron fusilados personal encausado, como unos treinta y siete a todos los cuales presté auxilios espirituales, llamándoles al arrepentimiento y no equivocarse para la otra vida. A partir de estos hechos se asentó la paz en el pueblo aunque preocupara a todos el gran número de huidos, peligrosos los más; [...] (Espinosa Maestre, 1996: 513).

Numa vila de 3.152 habitantes foram fuziladas 150 pessoas em 1936 e 100 em 1937, entre as quais catorze mulheres¹². Numa primeira etapa as mulheres foram assassinadas por estarem conotadas com partidos de esquerda, ou terem participado em iniciativas antifascistas. Na segunda foram mortas por se recusarem a denunciar o paradeiro dos companheiros e familiares, e por serem um suporte fundamental à sobrevivência dos grupos guerrilheiros dispersos pelos campos¹³. O comandante Redondo não regressou a Sevilha sem cumprir uma visita de cortesia às autoridades portuguesas de Vila Verde de Ficalho, pela colaboração prestada no processo repressivo, que terá continuidade em 1937 na organização de batidas conjuntas destinadas «a limpar a fronteira de marxistas espanhóis»¹⁴.

¹² Mulheres assassinadas em Rosal de la Frontera: (16-8-37) Sebastiana Moreno Sánchez, 58 anos; (18-8-37) María Bellido Martínez, 38 anos, dona de casa, María Hernández Carretero, 39 anos, dona de casa, María del Rosario Marta Gómez, 43 anos, dona de casa; (19-8-37) Javiera L. Vázquez Sánchez; (27-10-37) Gregoria V. Muñoz Ruíz, 49 anos; sem data, Ángela Castilla Colete, 36 anos, conhecida por «Pasionaria»; Sebastiana Fariñas Velasco, 43 anos; Elena Frutos Rodríguez, 50 anos casada; Carmen Lara Real «La Chamorra», estrangulada na Dehesa del Carmen; Julia Macías Monís, 48 anos, casada; Juana Catalina Peña Fernández, 21 anos, solteira; Dolores Ruiz Boza, casada; María Virginia Sánchez Rodríguez, 57 anos, casada (Espinosa Maestre, 1996: 652-654).

¹³ Ver NASH, M. (1999). *Rojas; las mujeres republicanas en la Guerra Civil*. Madrid: Taurus; MIR, C. (2004). «La Represión sobre las Mujeres en la Posguerra Española», *Cuadernos Republicanos*, 54:205-227; SÁNCHEZ, P. (2009). *Individuas de Dudosa Moral. La represión de las mujeres en la Andalucía (1936-1958)*. Barcelona: Crítica.

¹⁴ « [...] Por ordem do senhor general Queipo de Llano tinham chegado a Rosal duas colunas compostas por forças do Tercio, requetés e Falangistas que se espalharam por todos os montes entre Aroche e Rosal de la Frontera [...] ». ANTT. Gabinete do Ministério do Interior, Confidencial da PVDE, de 9 de Agosto de 1937. « [...] A força da GNR e 30 guardas da PSP [...] têm por missão não deixar atravessar as fronteira aos comunistas perseguidos pelas forças espanholas [...] ». ANTT. Gabinete do Ministério do Interior. Confidencial nº 69 da GNR, de 22 de Outubro de 1937.

2.1. ¿A dónde iré que no vaya mi perdición a buscar?¹⁵

O anunciado fim da guerra em Abril de 1939 não significou o restabelecimento da paz social, mas o início de uma nova Era de violência, como elemento estruturante do Franquismo. A Lei de Responsabilidades Políticas de Fevereiro de 1939 anunciava já as características da repressão sobre os «vencidos», ao determinar a perda absoluta dos seus direitos de cidadãos, e dos seus bens que passariam a ser propriedade do Estado. A 3 de Abril o próprio Caudillo liquidou qualquer esperança de reconciliação ao declarar aos microfones da Rádio Nacional: «¡Españoles, alerta! España sigue en pie de guerra contra todos los enemigos del interior o del exterior, perpetuamente fiel a sus caídos» (Acosta Bono, 2007: 197). A repressão e o terror constituíram os princípios orientadores do *Nuevo Estado*, alicerçados numa organização meticulosamente hierarquizada de jurisdição militar. Os *Consejos de Guerra* foram instrumentos judiciais fundamentais à depuração social, que eliminaram milhares de pessoas. Nos primeiros meses de 1939 os jornais instigavam à delação: «La justicia de Franco necesita y pide la cooperación de todos los españoles», dando largas a ódios pessoais, invejas e vinganças entre vizinhos, e «la denuncia se convirtió en el motor y en el primer eslabón de la justicia» (Moreno Gómez, 1999: 309). As sentenças dependiam dos pareceres dos novos alcaldes [chefes da Falange], do comandante da Guardia Civil e do padre, sobre o comportamento dos vizinhos. As denúncias completavam as informações de «una tríada temible de dominio político, militar y religioso» (Casanova, 2004: 23), como matéria acusatória de delitos de «rebelión militar», «auxilio à rebelião» ou «adesão», sentenciados com penas de morte ou reclusões, e «toda a España quedo convertida en una inmensa cárcel» (Acosta Bono, 2007:193). Nas sociedades rurais a repressão foi implacável, sustentada em redes de oligarquias locais, juízes de instrução militar e tribunais militares que confeccionaram listas negras e decidiram comutações de penas¹⁶. As sanções restringiram as atividades profissionais dos «vencidos», impediram a liberdade de residência, impuseram desterros, confiscação de bens e o pagamento de avultadas multas, o mesmo será dizer «la muerte civil» (Casanova, 2004: 23). Por decisão

¹⁵ Excerto do poema de Miguel Hernández, «El Rayo que no Cesa». Disponível em: <http://es.slideshare.net/interparaguay01/el-rayo-que-no-cesa-de-miguel-hernandez>. Acesso: 27 de outubro de 2018.

¹⁶ Processos Sumários de Rosal de la Frontera (Juzgado de 1ª Instancia e Instrucción nº 1 de Aracena), instaurados a trinta e oito vizinhos, entre os quais uma mulher, Placida Cabrera Olea, Expediente Gubernativo de Responsabilidad Civil: Confiscación de bienes, Proc. 06337/004. Archivo Provincial de Huelva.

das novas autoridades foram expulsos das suas povoações, condenados ao exílio ou a sobreviver à margem da lei¹⁷.

Em Abril de 1939 Miguel Hernández regressou a Orihuela [Alicante] e o exílio no Chile afigurou-se como o único horizonte de expectativa. A partir de uma complexa rede de relações de amizade, que incluía a escritora Gabriela Mistral cónsul do Chile em Portugal, procurou obter documentação para chegar a Lisboa. O trágico percurso iniciou-se em Madrid, onde recebeu uma carta de recomendação do poeta falangista Eduardo Llonset, dirigida ao poeta Joaquín Romero Murube, alcalde de Reales Alcázares [Sevilha], que não o recebeu alegando a visita do general Franco a Sevilha. De Sevilha Miguel Hernández partiu para Cádiz em busca de Pedro Pérez Clotet, homem influente na cidade, mas que se encontrava em Ronda [Málaga]. Desesperado, procurou ajuda no amigo Diego Romero Pérez, advogado em Valverde del Camino [Huelva], que estava ausente em Madrid. A ponto de perder a esperança alojou-se numa pensão onde conheceu contrabandistas de Aroche [Huelva], da família de Mordió, contrabandista que foi fuzilado por pertencer ao Partido Comunista (Rodríguez Guillén, 2017: 56). O poeta narrou-lhes as adversidades da jornada, e como bons conhecedores da fronteira aconselharam-no a dirigir-se a Aroche, e a entrar em Portugal por Santo Aleixo da Restauração [Baixo Alentejo]. Na manhã seguinte Miguel Hernández seguiu num camião até Aroche, comprou umas alpercatas, alguma comida e contactou os contrabandistas que o conduziram à fronteira portuguesa. A 1 de Maio de 1939 entrou em Portugal e saciou a sede na fonte de Santo Aleixo da Restauração. Um jovem atraído pela aparência desgastada do forasteiro veio ao seu encontro, e convidou-o a descansar na casa dos pais¹⁸. O objetivo não era deter-se, mas prosseguir até Moura, onde tentou vender o único objeto de valor que possuía [um relógio de ouro prenda de casamento do amigo Vicente Aleixandre] para comprar o bilhete de comboio para Lisboa. O proprietário da loja suspeitou da proveniência do relógio e denunciou o poeta às autoridades portuguesas. Em Moura foi detido por agentes da Guarda Nacional Republicana

¹⁷ Ver MIR, C. (2000). *Vivir es Sobrevivir, Justicia, Orden y Marginación en la Cataluña Rural de Posguerra*, Lleida: Editorial Milenio; NAROTZKY, S. e SMITH, G. (2002). «Being politico in Spain. An Ethnographic Account of Memories, Silences and Public Politics», *History & Memory*, Indiana University Press, pp. 189-228.

¹⁸ Segundo a memória coletiva local Romão Gonçalves e Lourença Marques tinham três filhos, Lourença, José e Romão que não tiveram descendentes. Lourença e José morreram solteiros, vítimas de tuberculose. Romão nunca casou, e terminou os seus dias no Lar de Nossa Senhora da Conceição em Barrancos.

[GNR] e entregue à polícia política (PVDE) por se encontrar indocumentado¹⁹. A 2 de Maio foi expulso pela fronteira de Vila Verde de Ficalho e entregue aos agentes do Cuerpo de Investigación y Vigilancia de Rosal de la Frontera, que o interrogaram durante dez horas. A conclusão do interrogatório foi condenatória:

[...] Es de suponer que este individuo haya sido en la que fue zona roja por lo menos uno de los muchos intelectuales que exaltadamente ha llevado a las masas a cometer toda clase de desafueros, si es que él mismo no se ha entregado a ellos. [...] (Moreno, 2013: 105).

A 9 de Maio de 1939 foi transferido para a prisão provincial de Huelva, e a 11 de Maio para Madrid. Os documentos do interrogatório levavam o selo da Jefatura de Seguridad del Puesto de Rosal de la Frontera e ocuparam as primeiras páginas do Procedimiento Sumarísimo de Urgencia 21.001, que condenou o poeta à morte a 18 de Janeiro de 1940. Por intervenção do amigo José María de Cossío, junto de amigos falangistas, a pena foi comutada para trinta anos de prisão. Novos presídios e sofrimentos se seguiram, até falecer a 28 de Março de 1942, vítima de tuberculose, na enfermaria do Reformatório de Adultos de Alicante.

3. Políticas de memória e de olvido

[...] *Y a la persona que dice que olvidemos, yo le digo ¿por qué no ha pedido lo mismo de Miguel Hernández ¿Por un motivo o otro todos fueron crímenes de guerra y los del pueblo llevan nuestra sangre. El dolor está ahí un poco dormido, porque si estuviera vivo que sería.* [...] ²⁰.

¹⁹ Identificado como Miguel Hernández Gilabert, filho de Miguel Hernández Sánchez e de Concepción Gilabert Giner, de 28 anos, casado, escritor, nascido a 30.10.1910 em Orihuela, província de Alicante, com 1,70 cm de altura, e o 5º ano dos liceus. Motivo da captura: «indocumentado». «Expulso sumariamente pela fronteira de Vila Verde de Ficalho, em 2.05.1939, por ser indesejável». ANTT. Arquivo PIDE/DGS, Proc. cr: 532/939.

²⁰ Excerto do comentário de uma mulher ao evento cultural «Convivencia para la Libertad» dedicado ao 75º aniversário da morte do poeta Miguel Hernández (1910-1942), publicado na página do Facebook do Ayuntamiento de Rosal de la Frontera, a 18 set. 2017.

[...] *Siempre hay un tiempo para volver, incluso a poetas como Miguel Hernández, porque, en cierto modo, volver a sus versos, a su obra y a su vida es regresar un poco a nosotros mismos, al lugar exacto de nuestra conciencia y nuestra memoria*²¹.

O processo de transição democrático operado em Espanha resultou de um «pacto de silêncio» acordado entre as elites políticas, de não utilizarem o passado como instrumento, «ya que ello era considerado incompatible con el objetivo de establecer en España un régimen democrático estable y duradero» (Aguilar Fernández, 2008: 26). Neste contexto, a construção da memória pública do Franquismo forjou-se na superação do passado bélico e no mito da reconciliação nacional, que Ricard Vinyes (2011) designou por «ideologia da reconciliação». A partir da década de 1980 esta transformou-se numa ideologia de Estado, ao estabelecer que nada sobre o passado da II República, da Guerra Civil e da repressão franquista deveria ser publicamente recordado. A «reconciliação» e a transição «modélica» instauraram um vazio ético na sociedade civil, que justificou o surgimento do movimento social pela recuperação da memória histórica em finais da década de 1990 (Acosta Abono *et al.*, 2007; Aróstegui e Gálvez, 2010; Espinosa Maestre, 2015).

Em Rosal de la Frontera as memórias da repressão franquista foram silenciadas pelos diversos governos municipais democráticos, em consonância com a política de «reconciliação nacional», de maneira a evitar que «o ajuste de contas com o passado» fraturasse a comunidade. Em Agosto de 1986 um grupo de familiares e descendentes dos represaliados republicanos reuniram fundos para a compra de uma placa, que colocaram junto à fossa comum do cemitério, na qual podemos ler: «Homenaje a nuestros mártires por la democracia y la libertad 1936-1939. Rosal de la Frontera 15-08-1988». Mas no âmbito de uma política pública de memória assistimos à construção de um modelo consensual, institucionalizado, que atribui ao poeta Miguel Hernández uma dupla função: a de símbolo da repressão das ditaduras ibéricas e a de elemento unificador da comunidade.

²¹ José Luis FERRIS. Página do Instituto Cervantes dedicada a Miguel Hernández, Centro Virtual Cervantes. Disponível em: http://cvc.cervantes.es/literatura/escritores/m_hernandez/presentacion.htm. Acesso: 27 de Outubro de 2018.

As populações raianas continuam a partilhar realidades comuns, que impelem os agentes locais a substituir as redes informais do passado por formas de cooperação institucionalizadas, de transmissão e conservação da memória nos grupos e na sociedade «através de performances, mais ou menos rituais» (Connerton, 1999: 4). Julián Casanova (2015: 305) diz-nos que para combater o silêncio e a indiferença face ao terror do passado exigem-se políticas públicas de memória. Contudo, estas não dependem apenas de normativas jurídicas estatais, mas também da ação de entidades e coletivos que participam na construção da memória pública das ditaduras a nível local e regional.

Em 1990, no âmbito das comemorações do 50º aniversário da morte de Miguel Hernández, organizaram-se diversas atividades que trespassaram a fronteira hispano-portuguesa²². As homenagens na província de Huelva deveram-se a uma comissão presidida por Salvador Mora, director da área da cultura da Diputación de Huelva, formada por representantes da cultura da Junta da Andaluzia, dos municípios de Rosal de la Frontera e Huelva, da Fundación Juan Ramón Jiménez [Moguer – Huelva], do Centro de Professores de Huelva, da Asociación Cultural y Pedagógica «Espacio», da Asociación «Arabriga» e da Asociación Amigos de Miguel Hernández, com a colaboração da Conselleria de Cultura de la Generalitat Valenciana, da direção territorial em Alicante e da Junta de Freguesia de Vila Verde de Ficalho. Entre 21 e 23 de Maio de 1990 inauguraram-se «lugares de memória» e organizaram-se atividades culturais em ambos os lados da fronteira, com a participação de representantes do poder político local e regional, de investigadores, escritores, músicos, professores, estudantes das escolas primárias de Ficalho e Rosal, e de Lúcia Izquierdo, nora do poeta²³.

A inscrição no espaço público obedeceu ao mapeamento do percurso tortuoso iniciado pelo poeta a 1 de Maio de 1939, quando atravessou a fronteira portuguesa na esperança de alcançar a liberdade no Chile. O monólito no largo principal de Vila Verde de Ficalho recorda-nos a intervenção da polícia política portuguesa, que sentenciou a sua expulsão e entrega às autoridades franquistas.

²² Para além das iniciativas na província de Huelva, a Fundación Cultural Miguel Hernández de Orihuela [Alicante] organizou o I Congreso Internacional Hernandiano, de 25 a 28 de Março de 1992, em Alicante, Orihuela e Elche. Disponível em: <http://www.miguelhernandezvirtual.es/new/index.php/biblioteca/485-actas-i-congreso-internacional-hernandiano>. Acesso a 27 de outubro de 2018.

²³ Folheto do evento «Homenaje al poeta Miguel Hernández / Homenagem ao poeta Miguel Hernández», editado pela Caja Provincial de Ahorros de Huelva. Depósito Legal: H-200-90, 1990. Gentilmente cedido por Francisco Espinosa Maestre em 2013.

A antiga prisão municipal de Rosal de la Frontera, espaço de interrogatório, tortura e detenção converteu-se na Casa de Cultura Miguel Hernández. E a inauguração da Calle Miguel Hernández em Huelva assinalava a passagem do poeta pela prisão provincial, entre 9 e 11 de Maio de 1939. Desta forma as cerimónias atribuíram sentido ao passado, «como uma espécie de autobiografia coletiva» (Connerton, 1999: 81) representada e evocada numa metanarrativa.

Em Maio de 1990 o historiador Francisco Espinosa Maestre recolheu em Rosal de la Frontera testemunhos da repressão franquista, no âmbito do trabalho de investigação para o livro *A Guerra Civil em Huelva* (1996). Nas conversas com antigos militantes políticos e descendentes de represaliados foi confrontado com a indignação que as homenagens ao poeta suscitavam, num coletivo excluído da «comunidade de partilha» (Rancièrre, 2005) institucionalmente estabelecida. A repressão em Rosal apenas encontrou visibilidade na obra deste historiador, por meio da narrativa histórica dos acontecimentos, e da identificação das vítimas e perpetradores da província de Huelva. Em 2007, a Asociación Andaluza Memoria Histórica y Justicia de Andalucía (AMHyJA) iniciou o projeto de investigação «Todas las fosas», financiado pela Consejería de Justicia e Administración Pública de la Junta de Andalucía, com o objetivo de mapear as fossas comuns da província de Huelva, ao amparo da Ley de la Memoria Histórica²⁴. Segundo o relatório final:

[...] Se habla en Rosal de la Frontera de diversas fosas [...] La primera de estas fosas estaría cerca del extremo derecho posterior del cementerio, pegada al muro, y se identifica fácilmente por una especie de arriate que la delimita de los nichos circundantes. Además, justo encima de la fosa, existe una placa homenaje, colocada gracias a una colecta vecinal, en la que se lee: «Homenaje a nuestros mártires por la democracia y la libertad 1936-1939. Rosal de la Frontera 15-08/1988». Se piensa que el número de víctimas que

²⁴ Ley 52/2007, de 26 de diciembre, «por la que se reconocen y amplían derechos y se establecen medidas en favor de quienes padecieron persecución o violencia durante la guerra civil y la dictadura». Esta Lei representou uma tentativa de reparação e dignificação das vítimas da repressão franquista como principio democrático, mas primou pela ausência de processos judiciais aos responsáveis do regime franquista. Disponível em: <https://www.boe.es/boe/dias/2007/12/27/pdfs/A53410-53416.pdf>. Acesso: 27 de outubro de 2018.

ocuparían esa fosa rondaría las 200 personas, cuyas procedencias eran Rosal [...]»²⁵.

Em 2008, no âmbito das comemorações do 66º aniversário da morte do poeta, foi inaugurado na Casa da Cultura o Centro de Interpretação Miguel Hernández, recriada a cela onde esteve detido e organizada «La ruta de Miguel Hernández»²⁶. A Junta de Freguesia de Vila Verde de Ficalho dedicou-lhe um largo no limite da vila, num lugar que os mais idosos recordavam como espaço de detenção da polícia política, onde o poeta teria pernoitado antes da entrega às autoridades de Rosal.

Em 2010, no âmbito das comemorações do centenário do nascimento realizadas a nível nacional, regional e local²⁷, o município de Rosal inaugurou um memorial com o busto do poeta na Avenida de Portugal [entrada da vila junto à antiga Alfândega], que assinala simbolicamente o lugar da fronteira. A cerimónia foi presidida por Fuensanta Coves [presidenta do Parlamento da Andaluzia] com a presença de representantes do governo regional, do poder político provincial e local de ambos os lados da fronteira, e de familiares do poeta. A imprensa regional divulgou amplamente o acontecimento e designou Miguel Hernández

²⁵ Mapa de Fosas de Huelva. Informe sobre las fosas comunes de la represión franquista en Huelva y provincia. Proyecto financiado por la Consejería de Justicia y Administración Pública de la Junta de Andalucía, 2007-2008 y 2009, p. 153. Disponível em: http://www.todoslosnombres.org/sites/default/files/documento394_0.pdf. Acesso: 27 de outubro de 2018.

²⁶ «Una ruta transfronteriza recordará la huida de Miguel Hernández». Huelva Información, 2.08.2008. Disponível em: https://www.huelvainformacion.es/huelva/transfronteriza-recordara-huida-Miguel-Hernandez_0_173683326.html. Acesso: 27 de outubro de 2018.

²⁷ Entre outros eventos realizou-se o III Congreso Internacional Miguel Hernández, em Orihuela, Elche e Alicante, de 26 a 30 de Outubro de 2010, e a Exposição «La Sombra Venida 1910-2010», na Biblioteca Nacional de Espanha, de 4 de Outubro a 21 de Novembro de 2010. Organizada pela Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales em colaboração com a Biblioteca Nacional de España. Disponível em: http://www.bne.es/es/Micrositios/Exposiciones/miguel_hernandez/Info/. Acesso: 27 de outubro de 2018.

^o II Congreso Internacional: «Presente y futuro de Miguel Hernández» realizou-se em Orihuela e Madrid, de 26 a 30 de Outubro de 2003, e foi presidido por José Saramago. Disponível em: <http://www.miguelhernandezvirtual.es/new/index.php/biblioteca/610-actas-ii-congreso-internacional-hernandiano>. Acesso: 27 de outubro de 2018.

de «preso universal»²⁸. E, Augusto Thassio²⁹, director da Casa da Cultura de Rosal, justificou as iniciativas culturais e memorialistas «como formas de sarar as feridas do passado»³⁰.

3.1. Comunidades imaginadas na «partilha do sensível»

A etnografia mostra-nos que as iniciativas culturais e os «lugares de memória» dedicados ao poeta Miguel Hernández representam formatos institucionais de cooperação cultural transfronteiriça, que atualizam o lugar da fronteira e a memória colectiva por meio de «práticas possíveis». Estas, que «delineiam futuros em situações de mudança» (Godinho, 2017: 20), sustentam-se nas experiências e expectativas dos agentes locais, nos recursos materiais e culturais disponíveis, e nas redes de relações socialmente construídas. No «Encuentro de Poetas Andaluces y Alentejanos por Miguel Hernández» detetamos as «práticas possíveis» desenvolvidas no âmbito da cooperação transfronteiriça, na consolidação de uma «comunidade de partilha». O evento foi criado em 2013 por Augusto Thassio, com o apoio do Ayuntamiento de Rosal de la Frontera, da Câmara Municipal de Serpa e da Junta de Freguesia de Vila Verde de Ficalho, para promover a continuidade das atividades culturais dedicadas ao poeta. A «comunidade de partilha» reuniu poetas, artistas plásticos, professores da província de Huelva, representantes autárquicos de Rosal, Serpa e Ficalho, amigos e familiares. Um coletivo que na sua diversidade partilha interesses estético-culturais comuns, e imagina futuros possíveis através de expressões artísticas. O Encontro de 2016 contou

²⁸ A presidenta do Parlamento da Andaluzia referiu o poeta como «un hombre que defendió al Gobierno democrático con todas las armas que tenía, plomo y grafito e incluyo también en el arsenal a su integridad, la que le hizo morir en prisión incapaz de aceptar que una manera de pensar era punible». «Homenaje a un preso universal», *El Mundo*, 12.06.2010. Disponível em: <http://www.elmundo.es/elmundo/2010/06/12/andalucia/1276357884.html>. Acesso: 27 de outubro de 2018.

²⁹ Augusto Thassio nasceu em Isla Cristina (Huelva) em 1950, exerceu atividade como docente do Ensino Secundário em Rosal de la Frontera e dirige a Casa de Cultura Miguel Hernández, a par da produção como escritor, poeta e pintor. Directorio Institucional de la Cultura y el Deporte. Disponível em: <http://www.juntadeandalucia.es/culturaydeporte/opencms/export/bibliotecas/bibhuelva/informlocal/autores/agustoThassio.html>. Acesso: 27 de outubro de 2018.

³⁰ Ver artigo: «Rosal “sana las heridas” de Miguel Hernández recordando su figura a ambos lados de la frontera». *Huelva Buenas Noticias*, 29.04.2015. Disponível em: <http://huelvabuenasnoticias.com/2015/04/29/rosal-sana-las-heridas-de-miguel-hernandez-recordando-su-figura-a-ambos-lados-de-la-frontera/>. Acesso: 27 de outubro de 2018.

com a presença de uma equipa da TV Huelva, que acompanhou as actividades desenvolvidas em Rosal. O Encontro iniciou-se com uma visita à exposição da galeria municipal, que acolhia as obras do pintor madrilenho Pedro Quesada e do escultor Leandro Sidoncha, de Vila Verde de Ficalho, imaginadas para além das fronteiras territoriais e artísticas. A partilha de diferentes estéticas de representação do mundo justificaram a declaração do organizador aos *media*, destacando a necessidade de cooperação entre portugueses e espanhóis para afrontarem os desafios da Europa e da globalização, na construção de um futuro comum.

Na visita à Casa da Cultura Miguel Hernández destacamos a conjugação de diversas formas comunicacionais em diferentes espaços, captadas pela câmara da TV Huelva. No Centro de Interpretação documentos e imagens estabeleciam a narrativa oficialmente construída sobre a vida e obra do poeta. Na cela, recriada de maneira a proporcionar ao visitante uma sensação de despojamento e clausura, foi deposto sob a enxerga um ramo de flores, num gesto de homenagem. Seguindo-se a declamação do poema «Elegía a Ramón Sijé» (1936), pela poetisa María Luisa Domínguez Borrallo: «[...] A las aladas almas de las rosas / del almendro de nata le requiero, / que tenemos que hablar de muchas cosas, / compañero del alma, compañero». No espaço expositivo, Augusto Thassio leu uma carta de Miguel Hernández ao amigo e poeta Vicente Aleixandre, como mensagem de compromisso colectivo: «[...] cada poeta que muere deja en manos de otros, como una herencia un instrumento que viene rolando desde la eternidad de la nada a nuestro corazón esparcido. [...]». Sucederam-se as declamações de poemas de Miguel Hernández seleccionados pelos participantes, em função das suas sensibilidades, com particular incidência na obra *Vientos del Pueblo* (1937)³¹. A partir da poesia instituiu-se uma «comunidade de partilha» esboçada pela circulação da palavra como exercício reflexivo, e cada participante tomou o lugar do poeta para partilhar a sua visão do mundo. A ideia subjacente à agregação adquiriu substância através da poesia [transformada em metanarrativa], como única narrativa capaz de explicar e representar todas as experiências sensíveis da guerra, todas as atrocidades e injustiças sociais, e todas as utopias.

Num segundo momento os participantes reuniram-se em torno do memorial a Miguel Hernández, situado na Avenida de Portugal, símbolo e cenário de um passado comum, reatado numa versão institucional. Do lugar da fronteira, recriado e imaginado, vislumbrava-se o caminho que conduzia à povoação viz-

³¹ Poemário representativo da terceira etapa da sua obra, de compromisso social, político e ideológico.

inha de Vila Verde de Ficalho, e nela confluíram. Na vila visitaram o Museu Arqueológico e Etnográfico, que nos remete para passados remotos, do paleolítico ao séc. XX. O acervo etnográfico, constituído na maioria por artefactos ligados a atividades agrícolas caídas em desuso, representava relíquias tangíveis da história e da memória da comunidade (Lowenthal, 1998). Seguiu-se a concentração junto ao monólito no centro da vila, onde o presidente da Junta de Freguesia de Ficalho depôs uma coroa de flores e expressou a sua identificação com as ideias do poeta. Pelas vozes do grupo de cantadores «Os Arraianos de Ficalho» ouvimos as palavras de poetas alentejanos, populares e anónimos, como expressão de sentimentos de uma classe subalternizada. Sucederam-se os discursos institucionais dos organizadores, substanciados em palavras de agradecimento e regozijo que exprimiam o que era comum ao coletivo, na relação entre política e estética como recorte poético da utopia.

Conclusões inconclusivas

*La poesía es un arma cargada de futuro*³².

A memória europeia do presente mostra-nos que as expectativas desapareceram e as experiências tomaram a forma de um campo de ruínas, em que vítimas massivas, maioritariamente anónimas e silenciosas, dominam a nossa visão de uma história marcada por genocídios (Traverso, 2005). Nos últimos anos, historiadores espanhóis [académicos e não académicos] investigaram intensamente a guerra civil e a repressão franquista, identificaram e quantificaram os represaliados de ambos os lados e classificaram como genocídio a sequência de crimes contra os «vencidos» (Viñas e Blanco, 2017). No debate público os trabalhos realizados suscitaram novas interpretações do passado, entre as quais das memórias que ofuscam a importância da História. Enzo Traverso diz-nos que o séc. XXI nasceu num mundo sem utopias, que está inevitavelmente a olhar para o passado, e que «a emergência da memória no espaço público das sociedades ocidentais é

³² CELAYA, Gabriel, «La Poesía Es un arma cargada de futuro». *Cantos iberos*. 1955. Disponível em: http://www.gabrielcelaya.com/documentos_algunospoemas.php. Acesso: 27 de outubro de 2018.

a consequência desta mudança» (Traverso, 2015: 412). No caso de Miguel Hernández as reificações em torno de um passado sensível transformaram-no num símbolo unificador das comunidades raianas, representativo de todas as vítimas, de todas as arbitrariedades e sofrimentos infligidos pelas ditaduras ibéricas. Mas, como salientou Paula Godinho (2014: 194), o uso político de uma memória negociada, posteriormente patrimonializada e exibida em formatos expositivos e memorialistas «torna-a inofensiva, e não abre caminho à esperança».

Na linha de Ernst Bloch (2005) a esperança é uma construção, em que o passado e o presente contribuem para o surgimento de futuros possíveis. Neste caso os futuros possíveis estão emaranhados em memórias silenciadas e processos de emblematização, e parecem indicar que é no terreno estético que prossegue uma luta política. Nas homenagens ao poeta encontramos ligações entre política e estética nos recortes dos tempos e dos espaços, no visível e no invisível, nas palavras ditas e não ditas sobre mundos fraturados. Ao atribuir visibilidade à sua vida e obra, como um comum partilhado submetido a uma memória unificadora, a «comunidade» definiu as competências para a partilha, na intenção de unir esses mundos. A aspiração de uma memória unificadora, atrelada a um modelo de narrativa poética, perde força frente a narrativas do testemunho da experiência, muitas vezes contraditórias sobre uma mesma realidade, mas que possibilitam o entendimento da pluralidade de experiências e acontecimentos históricos.

Neste contexto, a narrativa do testemunho da experiência chega até nós por meio de sinais, emitidos nos interstícios das redes sociais virtuais, para declarar a sua marginalização, resistência e revolta, e instalar a percepção que a igualdade democrática não está adquirida. As «palavras pirilampo» põem em jogo, ao mesmo tempo, «a evidência do que é percebido, pensável e factível e a divisão daqueles que são capazes de perceber, pensar e modificar as coordenadas do mundo comum» (Rancière, 2012: 49). Essas palavras de resistência irrompem para provocarem ruturas na unidade daquilo que foi instituído como visível, de forma a desenharem uma nova topografia do possível. E, na oposição de um mundo comum a outro, reorganizam as imagens que formam o mundo comum permitido, conduzindo-nos ao questionamento da poesia como «arma carregada de futuro».

Neste caso a poesia parece representar uma narrativa superior ao testemunho da experiência, apesar de o testemunho e a ficção pertencerem a um mesmo regime de sentido, quando o empírico traz as marcas do verdadeiro sob a forma de sinais e vestígios do passado. No testemunho, o que sucedeu remete diretamente

para um regime de «verdade», enquanto a poesia não tem contas a prestar quanto à «verdade». Apesar de estabelecer «um regime de indistinção entre a razão das ordenações descritivas e narrativas da ficção e as ordenações da descrição e interpretação dos fenómenos do mundo histórico e social» (Rancière, 2005: 55). As metáforas e a linguagem poética ajudam-nos a entender as desarticulações entre as pessoas e os seus mundos fraturados, assim como as divisões e desigualdades desde uma perspectiva estética. Mas as expressões artísticas, como transformação do pensamento em experiência sensível das comunidades, podem obscurecer a presença de mundos dissensuais dentro de mundos consensuais, e ocultar as tensões que constituem a política como forma de experiência. Neste sentido, a partilha democrática do sensível somente se deixará partilhar naquele momento, talvez utópico, em que a oposição entre o culto estético da poesia e a captura das narrativas do testemunho da experiência perca força e, finalmente, se desvaneça.

Referências bibliográficas

- ACOSTA BONO, G.; DEL RÍO SÁNCHEZ, Á.; VALCUENTE DEL RÍO, J. M. (coord.) (2007). *La recuperación de la memoria histórica. Una perspectiva transversal desde las ciencias sociales*, Sevilla: Centro de Estudios Andaluces.
- AGUILAR FERNÁNDEZ, P. (2008). *Políticas de la memoria, memorias de la política*, Madrid: Alianza.
- ARÓSTEGUI, J. E GÁLVEZ, S. (coord.) (2010). *Generaciones y memoria de la represión franquista. Un balance de los movimientos por la memoria*, Valencia: Universidad de Valencia.
- BLOCH, E. (2005). *O Princípio da Esperança*, vol.1, Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. UERJ.
- CASANOVA, J. (2015). «O castigo no(s) pós-guerra(s)». In: Loff, Manuel; Piedade, Filipe; Soutelo, Luciana (coord.). *Ditaduras e Revolução. Democracia e Políticas da Memória*, Coimbra: Almedina, pp. 291-305.
- (2004). «Una dictadura de cuarenta años». In Casanova, Julián; Espinosa, Francisco; Mir Conxita; Moreno Gómez, Francisco. *Morir, Matar, Sobrevivir; la Violencia en la Dictadura de Franco*, Barcelona: Crítica, pp. 3-50.
- COBO ROMERO, F. (2004). *Revolución campesina y contrarrevolución franquista en Andalucía. Conflictividad social, violencia política y represión franquista en el mundo rural andaluz, 1931-1950*, Granada: Universidad de Granada.
- COLLIER, G. (1997). *Socialistas de la Andalucía rural. Los revolucionarios ignorados de la Segunda República*, Barcelona: Anthropos.

- CONNERTON, P. (1999). *Como as Sociedades Recordam*, Oeiras: Celta Editora.
- DIDI-HUBERMAN, G. (2012). *Supervivencia de las luciérnagas*, Madrid: Abada editores.
- ESPINOSA MAESTRE, F. (2015). *España 2001-2015. Lucha de Historias, Lucha de Memorias*, Sevilla: Aconcagua Libros.
- (1996). *La Guerra Civil en Huelva*, Huelva: Diputación de Huelva.
- GODINHO, P. (2018). «Nunca más! Nunca mais! Horror, geografias variáveis e calafrios epistemológicos» (manuscrito inédito).
- (2017). *O Futuro é para Sempre. Experiência, expectativa e práticas possíveis*, Lisboa: Letra Livre.
- (2014). «A violência do olvido e os usos políticos do passado». In: Godinho, Paula (coord.). *Antropologia e Performance. Agir, Atuar, Exibir*, Castro Verde: Luz, pp. 191-205.
- (2011). *Oír o Galo cantar Dúas Veces*, Ourense: Deputación Provincial de Ourense.
- LOWENTHAL, D. (1998). *El pasado es un país extraño*, Madrid: Akal.
- MENGUIANO ROMERO, M. T. E LOBO MORICHE, J. L. (2016). *La represión franquista en Cortegana*, Edición del autor.
- MORENO GÓMEZ, F. (1999). «La represión en la posguerra». In: Santos Juliá (coord.). *Víctimas de la guerra civil*, Madrid: Temas de Hoy, pp. 275-405.
- MORENO, R. (2013). *Perseguidos*, Sevilla: CGT-Andalucía.
- NORA, P. (1986). «Entre Mémoire et Histoire». In Nora, Pierre (dir.) (1986). *Les Lieux de Mémoire - La République I*, Paris: Gallimard, pp. X-XLII.
- NÚÑEZ DÍAZ-BALART, M. (2009). *La Gran Represión*, Barcelona: Flor Del Viento Ediciones.
- POLLAK, M. (1989). «Memória, Esquecimento, Silêncio», *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, pp. 3-15.
- RANCIÈRE, J. (2012). *O espectador emancipado*, São Paulo: WMF Martins Fontes.
- (2005). *A partilha do sensível: estética e política*, São Paulo: Editora 34.
- RODRÍGUEZ GUILLÉN, A. (2017). *Bandoleros y Contrabandistas en la Sierra de la Con-tienda. Aproximación histórica al contrabando en Aroche*, Huelva: Asociación de Mayores «Arucci Vetus» de Aroche.
- ROY, A. (2017). *O Ministério da Felicidade Suprema*, Alfragide: Edições ASA.
- SIMÕES, D. (2018). «Exilados e refugiados na fronteira luso-espanhola do Baixo Alentejo, nos séculos XIX e XX». *O Pelourinho - Boletín de Relaciones Transfronterizas*, Badajoz: Diputación de Badajoz, 22, pp. 95-122.

- (2015). «Memórias e resistências na guerra civil de Espanha: processos de emblematização na raia luso-espanhola». In: Godinho, P.; Fonseca, I.; Bafa, J. (coord.). *Resistência e y Memória - Perspectivas Ibero-Americanas*, Lisboa: IHC/FCSH-UNL, pp. 252-262.
- (2013). *Frontera y Guerra Civil Española. Dominación, resistencia y usos de la memoria*, Badajoz: Diputación de Badajoz.
- TRAVERSO, E. (2015). «Memórias europeias. Perspetivas emaranhadas». In: Loff, Manuel; Piedade, Filipe e Soutelo, Luciana Castro (coord.). *Ditaduras e Revolução, democracia e políticas da memória*, Coimbra: Almedina, pp. 405-426.
- (2005). *Le passé, modes d'emploi - histoire, mémoire, politique*, Paris: La Fabrique Éditions.
- VÍÑAS, A. E BLANCO, J. A. (2017). *La Guerra Civil española, una visión bibliográfica*, Madrid: Marcial Pons Historia.
- VINYES, R. (2011). *Asalto a la memoria. Impunidades y reconciliaciones, símbolos y éticas*, Barcelona: Los libros de lince.

Recibido: 9/05/2019

Aceptado: 24/09/2019



ENDOXA está bajo una licencia de Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-SinObraDerivada 4.0 Internacional